

PLANO DIRETOR DE ÁLVARES MACHADO/SP: JUSTIFICATIVAS PARA A PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS NO MUNICÍPIO.

Fernanda Correia Silva, José Roberto Fernandes Castilho – Geografia – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente.

O presente trabalho foi realizado no contexto de um convênio firmado entre a Universidade e a Prefeitura Municipal de Álvares Machado para a elaboração do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Urbanístico do Município de Álvares Machado/SP, contando com uma equipe multidisciplinar de professores e alunos da graduação e pós-graduação. O “Patrimônio Cultural” é um grupo de trabalho criado e responsável pelo levantamento de informações relevantes na contribuição de justificativas para a preservação dos bens culturais no Município. Assim, analisamos os bens possíveis de preservação e a relação que estes têm com a cidade, definindo diretrizes para a preservação deles.

Usamos como metodologia para o levantamento, a realização de entrevistas com antigos moradores, adquirindo imagens para comparação com a atual realidade, considerando também a importância da pesquisa de campo como uma ferramenta fundamental, fotografando e pesquisando documentos antigos sobre os bens. É o conjunto desses elementos do Patrimônio Cultural que nos levaram a uma análise, inserindo esta preocupação nas diretrizes do anteprojeto.

O espaço urbano se caracteriza como uma forma:

“(…)fragmentada, articulada é reflexo e condicionalmente social, da cidade como um lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve, o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc.”
(CORRÊA, 2004)

Percebemos que dentro do contexto do sistema urbano, a questão da preservação do Patrimônio Cultural configura-se como mais uma das questões urbanas a serem planejadas para as presentes e futuras gerações.

Assim, o Patrimônio Cultural é um conjunto de elementos geográficos, históricos, ambientais e arquitetônicos nos quais são reconhecidos valores que identificam e perpetuam a memória, a ação e as referências do modo de vida e da identidade de uma determinada sociedade, de acordo com o Art. 216 parágrafo 1º da Constituição Federal, onde “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

O tombamento como instrumento jurídico é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais na medida em que impede legalmente a sua destruição. Significa um conjunto de ações realizadas pelo Poder Público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento pode ser feito pela União através do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pelo Governo Estadual através do CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo) ou pelas administrações municipais utilizando leis específicas ou a legislação federal.

LEMOS (2000) considera que “o preservador de hoje deve identificar o que ainda existe como testemunho das primeiras adaptações espaciais, dos primeiros critérios de instalação e de apropriação do solo”. Estas adaptações associadas nos levam aos “*bens culturais de interesse local*, que são ligados à vida de uma pequena sociedade com limites territoriais definidos, como por exemplo, a estação de estrada de ferro abandonada, a casa do fundador de uma cidade, etc” (LEMOS, 2000, grifos do autor).

No ano de 1916, Manuel Francisco de Oliveira adquire terras e começa a construção de sua casa e de um estabelecimento comercial, atraindo outros moradores para o local. Com a abertura da estação e a vinda dos trilhos em 1919 da Estrada de Ferro Sorocabana ocorre o interesse dos povoadores, começando em 1921 o loteamento de suas terras. Desta forma, o Município, então

denominado Brejão, surge num contexto da marcha do café facilitada assim com o prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana até o Rio Paraná. A procura de novas terras para agricultura e a facilidade de transporte para os centros consumidores, estabelecem elementos preponderantes para o povoamento e ocupação da região. No mesmo ano ocorre a mudança da designação da Estação de Brejão para o atual nome da cidade.



Figura 1 – Prédio principal da antiga estação



Figura 2 – Antiga residência do Chefe da Estação

O Complexo da antiga Estação Ferroviária de Álvares Machado, construído em 1919, consta do prédio principal (plataforma de embarque e desembarque), armazém e as residências de funcionários, onde percebemos a diferenciação arquitetônica na construção entre esses e a residência do Chefe da Estação. Situado na Estrada Arthur Boigues Filho, a sua preservação mediante tombamento registrará particularmente o marco da fundação da cidade desenvolvida em razão da ferrovia.

Outro bem que consideramos importante para a preservação foi a Igreja São José, localizada na Praça da Matriz. A primeira capela da cidade, construída em madeira localizava-se ao lado de onde hoje se situa a matriz, constituída em paróquia no ano de 1937. Sua construção durou cerca de 12 anos e o seu relógio foi inaugurado somente por volta de 1960. Na época da construção da igreja, a arborização urbana era praticamente inexistente e a torre da igreja funcionava como um marco referencial urbano, sobretudo, devido sua localização atingindo num dos pontos mais elevado do espaço urbano.



Figura 3 – Igreja de São José



Figura 4 – Igreja e Praça da Matriz

Além da igreja, existe o Museu Monsenhor Nakamura, situado também na Praça da Matriz e inaugurado em 1991. Sua construção, em homenagem ao padre que deu nome ao Museu, teve a colaboração de comunidades no Japão, pastoral nipo-brasileira e colônia japonesa de Álvares Machado, sendo projetada em estilo clássico japonês. Monsenhor Nakamura chega ao Brasil em 1923, mas somente em 1938 se estabelece na cidade, considerado pelos descendentes japoneses católicos “o pastor dos primeiros imigrantes japoneses”. Falece em 1940, sendo sepultado na própria cidade.



Figura 5 – Museu Monsenhor Nakamura



Figura 6 – Detalhe do Museu

A importância da preservação deste bem é um registro peculiar na cidade, que concentra 17% da população total de descendentes japoneses. Isso se deu após 1908, onde os imigrantes japoneses se concentraram, sobretudo, no Oeste Paulista e Noroeste do Estado do Paraná participando da colheita do café e, posteriormente, do algodão produzido em expansão durante as décadas seguintes.

Nas cidades que reconhecem a importância de se preservar o patrimônio:

“(...) o resgate do orgulho pelo lugar torna-se fator primordial para agregar a comunidade no projeto de transformação da cidade, com a valorização das coisas locais e com a visão contemporânea da importância do referencial do passado e da cultura”(SIMÃO, 2006).

Com base nos referenciais teóricos utilizados e a realização do trabalho de campo na cidade, definimos diretrizes para o anteprojeto de Plano Diretor, considerando não somente estes bens relacionados, mas outros que futuramente, contando com o apoio do Poder Público local e a comunidade, poderão posteriormente ser preservados através de formas jurídicas. Além disso, foi proposto também a criação de um Centro Cultural no antigo complexo da Estação Ferroviária, um Museu Municipal e o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural, este último, consultivo e deliberativo devendo proteger e fiscalizar os bens, contando com membros da sociedade civil, no resgate da memória e da história da cidade, promovendo e divulgando concursos culturais, exposições, oficinas de artes, festas (como exemplo temos o Shokon-Sai, realizada anualmente no 2º domingo de Julho desde 1920, em homenagem aos mortos), a realização de um roteiro turístico, ligando a área sede com o Distrito de Coronel Goulart passando principalmente pelo Cemitério Japonês, único na América Latina, construído na década de 1920 para sepultar centenas de japoneses ou descendentes mortos pela epidemia de febre amarela. Até o momento é o único bem do município tombado em 1980 pelo CONDEPHAAT.

Acreditamos que essas medidas sejam ferramentas relevantes para a construção de uma política cultural no município.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição**, 1988.

Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.htm>

Acesso em: 09 de out. de 2006

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004. 94p.

LEMONS, Carlos A.. C. **O que é patrimônio histórico?** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. 116p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 128p.